SINDICAL

Boletim 07/2015

site: www.sindical.org.br - email: sindical@sindical.org.br

Ano XXII – 25/05/2015

Informativo do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do DF

Pauta de Reivindicações

Sindical tem reunião com GMD

A diretoria do Sindical e o Gabinete da Mesa Diretora (GMD) reuniram- se, na tarde do dia 20, para iniciar as negociações em torno dos itens da pauta de reivindicações 2015 dos servidores da CLDF. Inicialmente, o secretário geral da CLDF, Valério Neves, informou que a Câmara encontra-se no limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e descartou qualquer possibilidade de reposição de perdas salarias ainda em 2015. Apesar disso, ele não se opôs à necessidade de que esteja previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016 um percentual de reajuste a ser negociado posteriormente.

É esperado para o primeiro quadrimestre de 2015 o percentual de gastos de pessoal em 1,50%, bem abaixo do limite prudencial da LRF (1,62%) e também abaixo do limite de alerta (1,53%).

O Presidente do Sindical, Josimar Oliveira, afirmou que a atual situação de ajuste fiscal é mais um motivo para que a direção da CLDF inicie o processo de modernização da carreira legislativa, bem como buscar realizar uma reestruturação administrativa da Casa, nos moldes apresentados pelo sindicato, desde 2010. "É uma oportunidade para trabalhar o plano de carreira e a proposta de reestruturação administrativa apresentada pelo sindicato", disse.

Foto: Ana Paula Alves

Sindical e direção da CLDF discutem ítens da Pauta de Reivindicações 2015

Sobre o Plano de Carreira, a diretora de Recursos Humanos, Edilair Sena, disse que há uma expectativa em torno do trabalho realizado pelo Comitê Modernizando a Carreira Legislativa (MCL), mas que ainda aguarda uma posição da Mesa Diretora, na análise do trabalho realizado.

Durante a reunião, que se estendeu por toda a tarde, foi feita a leitura dos itens da pauta de reivindicações e realizadas discussões prévias sobre cada assunto. Ao final, o secretário geral solicitou um prazo para que a direção da Casa elabore uma resposta formal ao sindicato a respeito das reivindicações da categoria, a ser apresentada na próxima reunião.

O Sindical entende que a reunião foi satisfatória, pois foram abordados, previamente, todos os pontos, inclusive os referentes a impacto financeiro e aguardará resposta da direção da casa.

Pacote previdenciário de Rollemberg ameaça direitos dos servidores

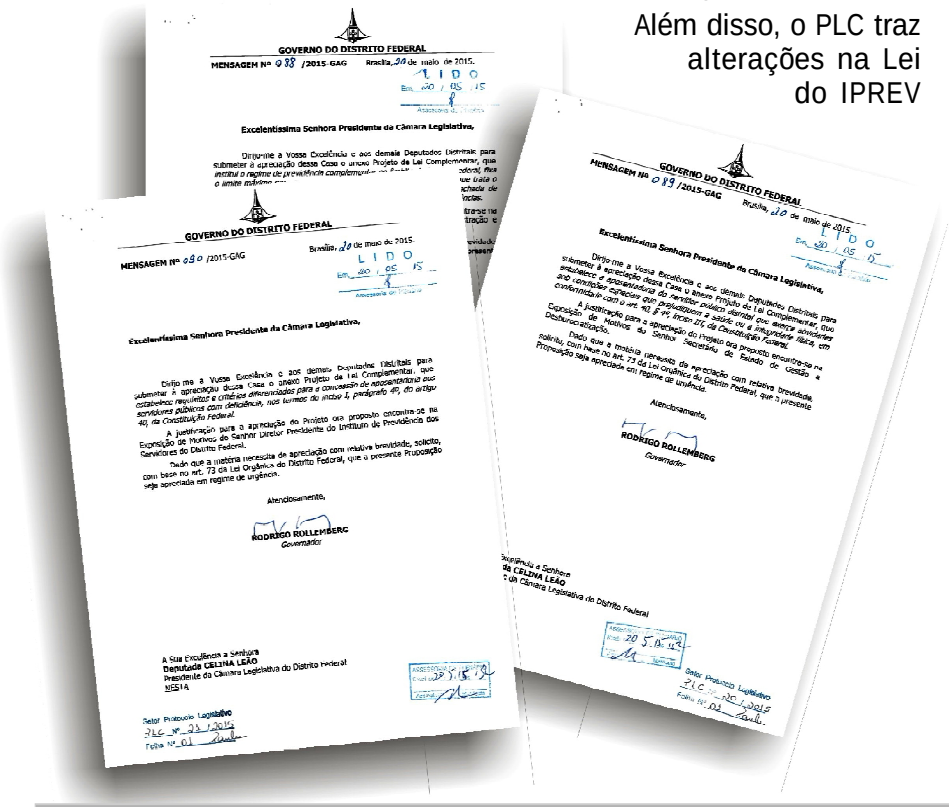
O Governo do Distrito Federal enviou, na quarta-feira (20), à Câmara Legislativa a proposta de Projeto de Lei Complementar, PLC-19/2015, que "Institui o regime de previdência complementar no âmbito do Distrito Federal, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões que trata o art.40, da Constituição Federal, autoriza a previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências". Entre outras coisas, o projeto faz alterações à composição do Conselho de Administração do Instituto de Previdência do Distrito Federal (IPREV-DF), reduzindo o número de representantes dos servidores.

O projeto, lido em plenário, cria uma nova entidade de previdência no Distrito Federal, Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Civis do Distrito Federal DF-PREVICOM. Uma fundação pública de direito privado com autonomia administrativa, financeira e gerencial. Pergunta-se: Qual a intenção do governador em se criar mais uma entidade já existindo o IPREV-DF? Exatamente no momento em que em outros estados da federação há desmandos e ataques aos fundos previdenciários dos servidores públicos.

Além disso, o PLC traz alterações na Lei do IPREV (Lei Complementar 769/2008) pelo fim da paridade no Conselho Administrativo do instituto retirando dois representantes indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Uma demonstração do retrocesso democrático desse governo.

Além do PLC 19/2015, o Executivo enviou à Câmara Legislativa outros dois projetos de lei – PLC 20 e PLC 21 - que tratam da aposentadoria de servidores públicos que exercem atividades sob condições insalubres e da aposentadoria de servidores públicos portadores de deficiência.

O Sindical, diante dos fatos apresentados, buscará levar ao conhecimento dos servidores da CLDF o que realmente propõem os projetos apresentados pelo Executivo. Inicialmente estamos organizando: 1 - Palestra da nossa assessoria jurídica sobre o assunto, para esclarecimento de dúvidas da categoria. 2 – Documento aos parlamentares solicitando a realização de audiências públicas para tratar do assunto com a sociedade, trazendo, assim, a discussão aos servidores públicos, diretamente afetados com as propostas do Executivo. 3 - Participação junto ao Fórum em Defesa do Serviço Público, entre outras entidades representativas dos trabalhadores do DF, na luta pela garantia e manutenção dos direitos previdenciários dos servidores.


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
MENSAGEM Nº 088 /2015-GAG Brasília, 20 de maio de 2015.
LIDO
Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa,
RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
MENSAGEM Nº 090 /2015-GAG Brasília, 20 de maio de 2015
LIDO
Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa,
RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
MENSAGEM Nº 089 /2015-GAG Brasília, 20 de maio de 2015
LIDO
Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa,
RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

SINDICAL - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal. **Diretoria:** Josimar Oliveira – **Presidente**; Moacyr Martins Amaral Filho – **Diretor Secretário**; Tânia Maria da Silva Oliveira - **Diretora de Administração;** Marcio Roberto Mendes Batista - **Diretor de Assuntos Jurídicos**; Haroldo Alois Barth - **Diretor de Finanças**; Pedro Inácio da Silva - **Diretor de Comunicação Social;** Maria Deusa Cavalcante - **Diretora de Formação Sindical;** Maria do Amparo Pereira de Araujo - **Diretora de Assuntos Econômicos. Telefone: 3347 8400.**